

“JOGO” DE CENA E PODER DE CLASSE NO BRASIL DO SÉCULO XXI: A Contra-Reforma Agrária no Governo Lula

Antonio THOMAZ JÚNIOR

Professor de Geografia da FCT/UNESP Presidente Prudente;
Membro dos Programas de Pós-Graduação em Geografia
da FCT/UNESP e do CEUD/ UFMS Dourados;
Ccoordenador do Grupo de Pesquisa “Centro de Estudos de
Geografia do Trabalho” (CEGeT) < www.prudente.unesp.br/ceget >;
Ccoordenador do Centro de Memória, Documentação e
Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” (CEMOSi);
Pesquisador 2B/PQ/CNPq;
Autor do livro “Por Trás dos Canaviais, os Nós da Cana”,
São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

Endereço: Depto. de Geografia.
FCT/UNESP/Presidente Prudente.
Caixa Postal 467 - CEP 19060-900.
Tel. (18) 229-5375 - FAX: (18) 221-8212.
E-mail: thomazjr@stetnet.com.br

Ao amigo João Lima

Pelas dicas inteligentes e pelo respeito
às nossas diferenças, que nos unem
por uma Geografia emancipadora.

“... una de las virtudes históricas del marxismo há sido su empeño en sintetizar las diversas luchas, com objetivos múltiples, en un movimiento anti-capitalista más universal”

D. Harvey, 2003

1. INTRODUÇÃO

Continuam catastróficas as condições de vida da classe trabalhadora no mundo. No Brasil, os ânimos já crescentemente arrefecidos, nos revelam as fissuras e a verdadeira cara da composição política que sustenta o “jogo” de cena do planalto comandado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e seus aliados, que não é coerente com o profundo desejo de mudanças sociais. No mais, esse desejo de mudanças é incompatível com a continuidade da política econômica neoliberal, com a proposta de independência do Banco Central, mediante as mudanças anunciadas no artigo 192 da Constituição, com tratamento indiferenciado da Reforma Agrária e com a reforma da previdência social defendida pelo novo governo.

Assim, o aperto monetário, o choque dos juros e o ajuste fiscal vislumbrando o reforço do superávit primário para refrear a especulação contra o real e minimizar o repasse da inflação dos preços, além de colocar mais lenha na recessão, intensifica o desemprego e perpetua antigas injustiças sociais, tudo sob o beneplácito do FMI. Tudo isso, como argumentam alguns economistas que ocupam os espaços da grande imprensa, é um retrocesso em relação à era FHC e à família neoliberal.

Como nos lembra Lukács, o complexo de complexos não pode nos ofuscar. É preciso saber que a revolução não eclodiria do governo Lula, mas isso não isenta os reformistas de plantão que – assim como a esquerda – para romper com os padrões de desigualdade e da subordinação exigem confronto político e teórico. O que para alguns comparece ser necessário apostar em mudanças no projeto societal brasileiro, portanto romper com a passividade e entreguismo imperante no governo Lula, para os reformistas convictos (ou a direita para os mais inflamados) – apaniguados hodiernos da subalternização da classe trabalhadora ao comando burguês –, a aposta é no sentido de fortalecer e recriar as formas de institucionalização da dominação de classe. Eis a questão central posta.

É nosso dever defender e apoiar as forças políticas que compreendem ser necessário que o mundo do trabalho empurre o governo Lula em direção à preservação das conquistas sociais e que os avanços sejam garantidos por uma amplo leque de ações que a um só tempo contemplem a) reformas na legislação sindical

pautadas na autonomia e liberdade sindicais, b) redução da jornada de trabalho e, c) Reforma Agrária, ampla, radical e sob o controle dos trabalhadores.

Apreender esse processo por meio da “leitura” geográfica é, antes de tudo, aprender a raciocinar geograficamente, isto é, aprender a identificar formas, estabelecer parâmetros de localizá-las territorialmente e desvendar o significado dessa ordenação. Assim, o embate de classe é primoroso para o conhecimento geográfico, assim como para este seria desimportante e desnecessário não conter os elementos e aspectos vivos das contradições sociais do metabolismo social da sociedade atual.

Como pudemos desenvolver essa discussão em outro artigo¹, manifestamos agora apenas o desejo de apontar a necessidade de referenciar nossas reflexões sob o crivo do pensamento crítico e engajado no processo de transformação e emancipação social do trabalho.

Ou então, talvez devêssemos recorrer à Carta de 1855 do Cacique Seattle, da tribo Suquamish (Estado de Washington), quando em tom solene argumentou ao presidente dos EEUU, Francis Pierce: “Como pode se comprar ou vender o céu, o calor da terra? Tal idéia é estranha. Nós não somos donos da pureza do ar ou do brilho da água. Como pode, então, comprá-los de nós?”. Tamanha voracidade do imperialismo em sua época de implementação, não se intimidou em atropelar a tudo e a todos. E aqueles que em outra época também se colocaram na linha de combate se opondo aos destroços do imperialismo e agora se esqueceram de tudo ou quase tudo! Para o assunto em pauta, é como se tivéssemos com receio de entender as contradições e os rumos adotados por um conjunto de pessoas que, ao longo da história recente, identificaram-se com um projeto popular e democrático de organização social e o empreendimento está se dando às avessas.

Será que pelo fato de sermos, todos, companheiros, deveríamos omitir essas divergências? Mas qual o limite para a tratativa “companheiro”?

2. PODER DE CLASSE NO BRASIL E A BANALIZAÇÃO DO SER COMPANHEIRO

Se o céu é o limite, então sim, devemos desarmar os espíritos e propormos uma nova ética na política! Ora! O que queremos? Ser companheiro, na política, é hoje, o registro de uma identidade repleta de capilaridades e plasmada, nos moldes de um centauro, que outrora significava compromisso de classe, dedicação integral à causa emancipatória, radicalidade nos princípios éticos e ideológicos que limitavam as alianças políticas, etc. De mãos dadas com os companheiros de hoje, o PT e os governistas viram as costas aos princípios e às razões fundantes do ideário que mantém os companheiros, de fato, unidos para manter aceso o debate, como forma de ajudar a qualificar os descaminhos e os desgovernos que ofendem e prejudicam os

trabalhadores e trabalhadoras. De José Alencar a Roberto Rodrigues, de Antonio Palocci Filho a José Dirceu, há uma complexa composição que combina o conteúdo da aliança pré-eleitoral e sacramenta o pacto de classe que dá sustentação ao governo e também reflete os acordos políticos em vigência no Congresso Nacional, com a participação direta do Planalto e dos líderes dos partidos que lhe dá sustentação.

Equação complexa, porém marcada por esses traços que misturam linhas diferentes de políticos profissionais e militantes que, ao comungarem a mesma cartilha, não hesitam em resmungar a respeito da elevação salário mínimo a R\$240,00, em detrimento da auto-correção dos próprios vencimentos à monta de R\$12.000,00.

A capilaridade entre os diversos discursos e posições no âmbito do executivo, sobretudo, mas também do legislativo e com alguns respingos para o judiciário, apesar da tão propalada independência entre os poderes da República, nos revela sim, o *novo* sentido do *ser* companheiro ou para ser companheiro agora, pois banalizado.

É como se imaginássemos que os elementos simbólicos e utópicos motivadores das eclosões dos movimentos sociais, no final dos anos 1970, tivessem sucumbido e todo o ímpeto de repulsa instintiva ao colaboracionismo e à concertação das alianças com a burguesia – aliás, princípios que foram absorvidos para o interior do PT, desde sua fundação em 1980 – retornassem à cena política incólumes. O anti-capitalismo naufragou e o *touro está solto morro abaixo*.

Dessa figura de linguagem intentamos, tão-somente, discutir criticamente o horizonte sombrio que ofusca as bandeiras de luta e o projeto de sociedade para os trabalhadores e, conseqüentemente, obstrui a percepção do sujeito.

Distanciados desse referencial, não teríamos como nos posicionar diante das mudanças que estão ocorrendo na configuração geográfico-espacial do mundo do trabalho ou das novas dimensões da divisão internacional do trabalho. Tampouco conseguiríamos entender a dinâmica territorial do metabolismo social do capital que, ao requerer novos requisitos para a acumulação, impõe novas estratégias para o exercício efetivo do controle social do trabalho e do movimento operário.

Isso não quer dizer que a condução única, até o momento, de um operário metalúrgico à presidência da República, é a causa dos problemas. No entanto, os acordos e os conteúdos das alianças políticas eleitoreiras pós-15 de novembro de 2002, bem como todo o histórico recente do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos demais partidos aliados, na condução de importantes assuntos da conjuntura, comprometem um passado de identificação com as causas libertárias e de emancipação social, aliás o que se espera de um partido dos trabalhadores, que, inclusive um dia se dignou a defender com radicalidade essas bandeiras no seu Programa. Para não investirmos na exaustão dos exemplos, poderíamos lembra de alguns: as manifestações contra a ALCA e mesmo da campanha eleitoral; a recente polêmica que envolveu a soja transgênica e os grandes produtores/exportadores da oleaginosa e todo o setor do

agribusines envolvido; a elevação exagerada e imotivada do preço do álcool combustível, especialmente os efeitos danosos para os consumidores da sua dolarização.

Diante dos desafios iminentes e de uma herança desastrosa dos tempos de FHC para os trabalhadores, os ataques à legislação trabalhista (sobretudo o artigo 618 da CLT), ainda que, temporariamente suspensas da agenda no Congresso Nacional, em outras instâncias comparecem dissimuladas e requestradas sob os moldes das exigências dos conglomerados transnacionais e nacionais que exigem a flexibilização, como forma de, ao mesmo tempo, manter sob rígido controle as ações operárias, para garantir o processo de valorização e de acumulação de capital, alargando os limites da subcontratação, da terceirização, da informalização, etc., e que rebatem diretamente na fragmentação e na fragilização do trabalho e da mão de obra.

O que dizer, por exemplo, dos inúmeros contratos no âmbito do governo federal, mas também nas demais esferas públicas (municipal e estadual) em vigência e também renovados que - segundo estimativa do Ministério do Trabalho, representam mais da metade da mão de obra da administração pública - têm na terceirização os princípios fundantes para os cortes de gastos? E o fato de as cooperativas de trabalho, que não só precarizam as relações de trabalho, mas também fragilizam sobremaneira o sentimento de pertencimento de classe do trabalho. Mas, por essas e por outras, se encaixam muito bem nos requerimentos da lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que apenas 49% do orçamento dos Estados, prefeituras e governo federal, podem ser gastos com folha de pagamento, posição, aliás, severamente combatida pelos companheiros de ontem, mas acatado pelos companheiros de plantão de hoje.

Como destaca Cocco (2000)², o regime de acumulação pós-fordista determina uma difusão social do trabalho. Os limites da escala geográfica do fenômeno do metabolismo do capital, engendram diferentes movimentos e requerem ações contundentes do Estado, por meio de políticas públicas e pactos e alianças políticas nos mais diferentes níveis da hierarquia republicana.

3. DA NOVA ORDEM DO TRABALHO À PASTELIZAÇÃO (DE ESQUERDA) NEOLIBERAL

As novas territorialidades que o processo social engendra na conjuntura atual, por meio de diferentes ingredientes, têm na supefluidade do trabalho e, consequentemente, na nova confrontação entre capital e trabalho, um novo cenário das transformações sociais, decisivas, pois, no quadro da luta de classes Tosel (1995)³.

O intrincado e complexo metabolismo social do capital imprime suas marcas no campo e nas cidades, em todas as dimensões, portanto avança a escala do universo produtivo estrito senso, rebatendo no espaço de relações que a sociedade constrói cotidianamente.

Mas, desde que não estejamos “desplugados” do processo social mais geral e que, portanto, sejamos capazes de compreender as especificidades da vivência dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros e, conseqüentemente, nos seja familiar o coerente trânsito entre esse universo de relações, podemos sim, proceder o uso correto das mediações teóricas e políticas. Só assim e abertos às demais contribuições (pesquisadores, ensaístas, sindicalistas, etc.) poderemos compreender a ampla gama de questões que cerca a classe trabalhadora no Brasil, especialmente diante da conjuntura posta, das ações do governo Lula.

Não se põe em questão, neste texto, qualquer iniciativa de julgar procedimentos e posturas pessoais e/ou isoladas do *staff* dirigente no Brasil. Nossa preocupação é tão-somente direcionada à classe trabalhadora. Então, compreender a dinâmica e o conteúdo da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas, a sua apropriação privada e as formas com que esse processo vem se materializando, com fortes inclinações à materialidade do trabalho, é o que, de fato, nos remete à compreensão do novo quadro de confronto entre capital e trabalho e, no caso brasileiro, com as atenções voltadas ao governo Lula.

Ainda que à luz do receituário liberal, capital e trabalho devam se entender como parceiros, avaliação, aliás, que não se restringe à escala de atuação da FIESP ou do PNBE e no limite da UDR. Ou seja, para a maioria dos sindicatos e das centrais sindicais (CUT, FS, CGT's, SDS, etc.), as divergências ideológicas de outra, assentadas em princípios táticos e estratégicos, são em grande medida amalgamadas, e também para os companheiros do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos partidos aliados, defensores das alianças que sustentam o pacto de poder de Estado, se faz urgente uma rediscussão profunda junto aos trabalhadores. Trazer à tona e colocar sob o crivo da crítica as novas contradições, os novos antagonismos sociais, as formas veladas de dominação social que são engendradas, as opções que o Estado adota para o exercício do controle do trabalho são os principais indicadores dos novos caminhos a serem seguidos pelo movimento operário.

Nesse ínterim, a participação dos segmentos organizados da sociedade é muito importante. É necessário asseverar que não está posto em questão interromper a interlocução com o governo, tampouco com os setores da sociedade, especialmente, as parcelas do movimento social que partilha dos caminhos adotados pelo governo Lula. Apostas no debate e na polemização é o que pensamos ser o correto para o momento. Dessa forma, todas as experiências devem ser consideradas: as avaliações de conjuntura, os cenários apresentados pelos ensaístas e jornalistas, assim como as avaliações oriundas das pesquisas e investigações científicas, as posições defendidas por fóruns de intelectuais e de outras naturezas, aliás como o círculo de intelectuais do PT que já se movimenta diante da preocupação com a condução política do governo, etc.

Cercamo-nos, então, de desafios que nos remetem, de forma direta, no âmbito das pesquisas e da postura de classe, para respondermos às teses sobre a não centralidade do trabalho e mais recentemente, a desenvolver um conjunto de argumentos sobre a atualidade das teses de Marx, em relação à dinâmica da valorização do capital, cada vez mais inclinada à apropriação/exploração do intelecto do trabalhador ou do trabalho imaterial⁴, fundada pois, em novas formas de controle do processo de trabalho, toyotista por excelência e as formas combinadas com o taylorismo-fordismo⁵, que, pode ser motivada, tradicionalmente, via a desqualificação do trabalho manual, a partir da (re)qualificação profissional que estimularia a capacidade criativa do trabalhador, bem como, apresentar ao debate a necessária inclusão dos camponeses, dos trabalhadores que estão envolvidos na luta pela terra no interior da classe trabalhadora⁶.

É relevante, neste momento, refletirmos como essa nova configuração tende a preservar as bases de valorização do capital, tendo como pressuposto que o trabalho continua sendo a fonte de valor da sociedade capitalista. Mesmo que para alguns o trabalho como fonte de valor careça de demonstração empírica e veracidade, pensamos ser temerário afirmar que o trabalho assalariado está em fase de extinção e que o capital possa se reproduzir sem ele, deixando de ver a totalidade concreta do sistema mundial do capital, com suas redes complexas de transferências de valor e fluidez que lhe é imanente nesses termos, saltando escalas e redesenhando a Geografia do planeta.

Isso significa que o trabalho que produz riqueza para o capital, pode assumir uma multiplicidade de formas materiais. Desse modo, diante do complexo da reestruturação produtiva do capital que se impõe de forma contundente a partir dos anos 1980, os operários industriais encolhem, e cresce a franja da sociedade composta de trabalhadores assalariados em bases precárias. Isso nos faz acreditar que o capital tem conseguido ampliar mundialmente as esferas do trabalho assalariado e da exploração do trabalho, sob as diversas modalidades de precarização, subemprego, terceirização, trabalho temporário, domiciliar, etc.

Em virtude das transformações no processo produtivo, aliado ao aumento da composição orgânica do capital com as inovações tecnológicas, há uma profunda mudança no perfil da classe operária, onde se tem o fortalecimento e a ampliação de técnicos e das atividades de serviços dos mais diversos tipos e finalidades, mas todos voltados para a valorização do capital.

Reconhecer esse processo nos possibilita polemizar a respeito das contradições e fragmentações no âmbito da classe trabalhadora e que dificultam a compreensão dos significados e dos sentidos que a luta emancipatória, vinculada às ações dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra estão propagando. A indiferença ou quando muito a *simpatia técnica* e não a convicção de que a solidariedade de

classe deveria ser o elemento central das relações sociais reinantes no mundo do trabalho, são, de fato, posturas que também se fazem presentes. Referimo-nos ao presente distanciamento que muitos setores do movimento social no âmbito do trabalho têm de forma expressa ou velada em relação aos movimentos encabeçados pelos trabalhadores sem terra.

É com base nisso que terá ou não validade o tão badalado e requerido, pelos intelectuais de esquerda, o código do trabalho. Espera-se que o governo Lula seja capaz de preservar as conquistas dos trabalhadores que nos remetem às últimas 5 décadas, sem que sejamos chamados a cancelar a flexibilização de direitos. Nos países onde os trabalhadores enfrentaram a flexibilização, como nos Estados Unidos, Espanha, Argentina, essas medidas trouxeram desemprego, perdas salariais e profundas mudanças na subjetividade do trabalho.

Se vale o ditado de que “faz-se o caminho ao andar”, as entidades do movimento operário, partidos políticos e demais instâncias da sociedade encimadas nas ações de resistência, estariam se empenhando a um constructo de referenciais descontaminadas da *pastelização* neoliberal que balisa as ações da esquerda *verde-água* que está no comando dirigente do País. Nessa linha de confronto é cada vez mais presente encontrarmos setores outrora combativos do sindicalismo *balançarem* quando comparece em cena a necessidade de se remover o entulho varguista da CLT e ao mesmo tempo enxugar esse código de leis, mas manter o salário mínimo nacional, e as conquistas inalienáveis do trabalhador como férias, descanso semanal remunerado, etc. Ou ainda, os itens que constam da proposta do governo para as reformas da previdência social e da seguridade.

Sem temor aos neologismos, a nova ordem do trabalho que defendemos deve ser compreendida nas suas limitações, em termos, pois não se viabilizaria integralmente, em curto e médio prazos, ao menos, numa Internacional do Trabalho, abrangente e de cariz radical, anti-capital e emancipatório. Enfim a *pastelização* que empobrece e enfraquece a capacidade de resistência de classe dos trabalhadores, pode sim ser combatida com energia, se soubermos contrapor argumentos e ações à nova elite neoliberal (ex-esquerda) que compõe a cúpula dirigente do País.

Nessa conjuntura, apesar de tudo isso fazer parte das nossas preocupações, devemos sim, sinalizar que a luta pela redução da jornada de trabalho pode repercutir positivamente em ações contra o desemprego e que a luta pelo tempo livre deve ser referenciada à tese de uma vida cheia de sentidos⁷, portanto fora das amarras do capital, ou seja, que a luta anti-capital seja elemento indispensável da condução política. Mas, sobretudo, é preciso firmar posição em torno de programas que incentivem o primeiro emprego e o combate à fome, valorizando o trabalho. Da mesma forma que a Reforma Agrária deve ser ampla, radical e sob o controle dos trabalhadores, por duas razões

fundamentais: em primeiro lugar, porque a chaga da exclusão e da fome deve ser encarada como reflexo da base social cuja essência política e econômica tem na concentração da propriedade da terra componente estruturante do arcaísmo da cultura do latifúndio e; em segundo lugar, deve-se ao fato de que é o movimento social diante das disputas políticas que definirá os rumos e os caminhos a serem seguidos e não a tecnoburocracia estatal. Como também, as reformas da CLT e do texto constitucional devem respaldar a tão sonhada autonomia e liberdade sindical para garantir, potencialmente, as conquistas sociais (históricas) do movimento operário.

Caso contrário, o tão polêmico projeto de Reforma Agrária, ainda não constituído, tampouco materializado, ficaria restrito aos referenciais das forças sociais (antigas e novas), mediante a chancela dos partidos políticos conservadores e reformistas, sob o pretexto de modificar as regras de funcionamento da estrutura latifundiária sem mudar as normas institucionais da sociedade tradicional representada pelo latifúndio e pelos setores do empresariado rural, sobretudo ligados à exportação.

4. JOGO DE CENA E CONTRA-REFORMA AGRÁRIA

Por outro lado, será de muita valia ou imprescindível que os trabalhadores organizados, as instâncias do movimento operário, especialmente o MST e as entidades que o apóiam, pressionem e contraponham força com os setores hegemônicos dentro do governo para eliminar da cena política as amarras que impossibilitam as mudanças necessárias para abalar ou mesmo remover em parte o ranço latifundista.

No entanto, ainda que tenhamos que reconhecer o amplo leque de posturas político-ideológicas que compõem o governo, ao mesmo tempo que os técnicos sob o comando do ministro Miguel Rossetto tenham credibilidade para tratar dos assuntos em pauta, os movimentos sociais e a sociedade organizada têm que exigir a tomada de posição em favor dos trabalhadores, dos excluídos, da Reforma Agrária.

Demarcar campo de intervenção referenciado nos principais pontos de pauta em favor dos trabalhadores e trabalhadoras é o que nos atrai a intensificar as pesquisas e investigações sobre o mundo do trabalho no Brasil. Dessa forma entendemos ser possível contribuir para qualificar o debate em torno dos principais temas da agenda política nacional, especialmente a luta dos assalariados rurais, mas sobretudo, neste momento, a Reforma Agrária e a luta pela terra.

A tendência manifesta do governo Lula em manter a opção conservadora nos moldes da herança de quase duas décadas de FCH, tem-nos ocupado, pois além de denunciarmos, temos também que reunir argumentos para ajudar os trabalhadores e os movimentos sociais comprometidos com a Reforma Agrária massiva e

radical, para que possam combater as fileiras do latifundismo e os segmentos reformistas decomprometidos com as aspirações dos trabalhadores.

Iso é ainda mais preocupante, porque os projetos sociais de maior repercussão no novo governo, como o Fome Zero, vinculado à Segurança Alimentar e mesmo a proposta de Programa de Governo 2002, em todas as abordagens sobre a Reforma Agrária não sinalizam as mudanças requeridas pelos trabalhadores na estrutura fundiária do país. Quando muito, poderíamos entender que o Programa Fome Zero parece apenas reconhecer a Reforma Agrária, de um lado, enquanto garantia da função social da propriedade e, por outro, como ação de política compensatória, na qual produzir tem a ver exclusivamente com autoconsumo.

Poderíamos dizer que a perseverança aos instintos e referenciais da contra-Reforma Agrária, neste início de governo Lula, além de se distanciar de qualquer estratégia capaz de desencadear mudanças na estrutura fundiária, está presente de forma nítida na dubiedade subentendida no fato de que o objetivo da Reforma Agrária seria a inclusão social e a geração de emprego e renda (assemelhada à concepção de Reforma Agrária de mercado do Banco Mundial), sem a devida clareza sobre o seu conteúdo e caráter, tampouco o modelo tecnológico adotado, hoje inteiramente submisso aos interesses da agroexportação, portanto distante do projeto de autonomia da produção familiar e camponesa.

Eganam-se aqueles que em algum momento imaginaram que os problemas sociais e as reformas estruturais seriam objeto das primeiras movimentações do governo Lula. Os conflitos sociais decorrentes da luta pela terra, produto dos confrontos que envolvem proprietários (particularmente latifundiários/grileiros), usufrutuários e trabalhadores, especialmente os sem terra, que têm suas fileiras engrossadas pelos atingidos por barragens, posseiros, pescadores artesanais, desempregados tanto dos campos quanto das cidades, mostram a ausência de referenciais por parte do Estado, capazes de levar a termo a Reforma Agrária, ampla, democrática e radial.

As contradições sociais e o acirramento dos desafios postos aos movimentos sociais e à classe trabalhadora são merecedores de destaque e de atenção por parte daqueles que ainda continuam apostando na radicalidade dos princípios e na ortodoxia dos referenciais de classe ou na independência de classe, em relação ao lamaçal em que se lançam os partidos políticos que estão no arco de apoio ao governo, quiçá os de oposição.

Por outro lado, os próprios dados oficiais demonstram que nunca as classes dominantes ganharam tanto e que nunca os indicadores de concentração de renda e de terra alcançaram patamares tão expressivos e ainda, o triste cenário revelado pelos indicadores sociais que só expressam as desigualdades intrínsecas ao metabolismo do capital no Brasil.

Parece ter valido pouco ou com muita velocidade foram esquecidos os debates e as discussões que ocorreram durante as três edições do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (2001, 2002 e 2003), sobre Estado democrático e de inspiração popular, que contou com a participação de diversos componentes do governo Lula, inclusive com o próprio presidente. Portanto, a questão posta nos exige a todos, dedicação e competência para que possamos qualificar à altura, o quadro social no Brasil de hoje e as perspectivas para os trabalhadores ou para a classe trabalhadora. Não valeria, sob nenhum argumento, apostarmos no (des)governo e/ou no desencanto reinante, especialmente, para os trabalhadores sem-nada, que desterrados e desterritorializados se apresentam resistentes e candidatos à (re) territorialização a um pedaço de terra, mas que com vigor e diante dos rigores da militância, fazem valer a negação do território minado, em busca da Reforma Agrária e da emancipação social. Aliás, papel que desenvolvem sem contar com o apoio esperado, das demais expressões dos movimentos, especialmente os sindicatos urbanos.

4.1. Dos Sem-nada à Negação do Território Minado

É do nosso entendimento que a Reforma Agrária não se restrinja ao universo camponês, ao contrário, é no âmbito do trabalho que temos que fazer valer a “leitura” de mundo da classe trabalhadora⁸. Assim, também é de todos os trabalhadores a conquista de uma política de crédito rural subsidiada e seletiva para os pequenos produtores rurais familiares envolvidos com a produção de alimentos para o mercado interno, mas que também tivesse como referencial uma matriz tecnológica poupadora de insumos químicos e que privilegiasse as forças produtivas sociais, baseada numa política pública de aquisição, armazenamento, estocagem, comercialização e garantia da assistência técnica aos produtos da cesta básica. Ou então, que implementasse o quanto antes o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), como forma de compor o plano de ação estratégica do governo Lula rumo à mudança da estrutura fundiária.

Vale dizer ainda que já comparece na cena política um entendimento dos movimentos sociais envolvidos na luta pela terra, de que deve haver limitação do tamanho da propriedade rural em 35 módulos rurais, sendo que as áreas que excedam essa cifra devam ser destinadas para a Reforma Agrária e, por outro lado, que haja planejamento sério e competente por parte do governo para o assentamento de 4 milhões de famílias de sem terra ou com pouca terra, num período de 15 anos.

Mas o que se encontra de forma mais sedimentada no âmbito do governo Lula é o reconhecimento, no limite, da Reforma Agrária apenas enquanto política compensatória, como já apontamos anteriormente. Só que, nessa direção, esse aparente equívoco deverá estimular levantes dos trabalhadores sem terra, sobretudo

do o MST, o MPA, o MAB e as ações organizadas pela CPT. É fato, pois, que ainda não se fizeram ouvir desde há muito tempo, pois ao reivindicarem políticas agrícolas capazes de reconhecerem a importância da agricultura familiar e camponesa, são vozes esquecidas, se se apresentam para demarcar posição diante das expectativas enquanto segmento importante da classe trabalhadora⁹, são tidos como vozes dissonantes no âmbito do governo propriamente dito. A título ilustrativo, o que dizer diante dos números oficiais (segundo censo agropecuário de 1995/96), quando apontam que: 1) os estabelecimentos agropecuários com área inferior a 100 ha foram responsáveis por 50% do volume e por 46,5% do valor da produção, embora ocupassem menos de 20% da área rural; 2) enquanto os estabelecimentos com mais de 1000 ha, respondem por apenas 21,2% do valor da produção, mas ocupam mais da metade da área de estabelecimentos rurais.

No entanto, remanesce dos oito anos do governo FHC e até o momento não sofreu qualquer mudança de rumo mais expressiva a ideologização em torno do produtivismo e da defesa encarnçada do mercado como elemento fundamental para a mediação social. Atributos defendidos arduamente pelos intelectuais de plantão do Planalto - José de Souza Martins, Zander Navarro entre outros - e abrigados na órbita do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), desde o comando de Raul Jungmann, promoveram vários estragos. Se em outros momentos, esses intelectuais estiveram envolvidos com as causas e demandas do outro lado da moeda, depois, fascinados com a coleção de estragos empreendidos pelo governo FHC, ou por outros motivos quaisquer, arquitetam avaliações que não servem nem para a revisão crítica dos rumos assumidos pelos movimentos sociais, tampouco pela política de gestão, em vigência, do governo Lula, tamanha a saga motivada pela paixão destruidora do projeto coletivo e emancipatório de cariz libertário e socialista.

É importante frizar que foi também no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do seu braço intelectual, o NEAD, que foram lançados os pressupostos que em pouco tempo foram assumidos por pequenos produtores rurais familiares, inclusive assentados em áreas de Reforma Agrária, de que somente poderiam aumentar a renda familiar caso conseguissem se inserir nos mercados controlados pelo capital. A título de exemplo, o pacote denominado Novo Mundo Rural, assim como a venda de terra por correio, edificaram a práxis do projeto do governo FHC, principalmente no segundo mandato.

No ambiente acadêmico essa interpretação tem seus laços explicativos fundados na substituição do camponês pelo agricultor familiar (ou no desaparecimento para alguns¹⁰), o que se ramifica também para outras esferas, mas que se mantém coeso na formulação dos pressupostos do desenvolvimento rural (sustentável para alguns), em detrimento da Reforma Agrária¹¹, tendo em vista que os mecanismos de mercado,

assim como os financiamentos e as políticas públicas específicas podem superar os ranços e os descaminhos que a “ideologização da Reforma Agrária” atingiu no Brasil¹².

Se não bastassem os equívocos e tensionamentos que essa questão proporcionou na academia, no interior do movimento social, também se fez presente, inclusive nos setores envolvidos na seara da esquerda, no Brasil, tais como a maioria das instâncias de organização dos trabalhadores no campo¹³, no espectro ideológico da CUT (MPA, SINTRAF, FETRAF, FAF, alguns STR's, SER's) e também parcelas do MST. Nesse sentido, a idéia de mercado, de produção intensiva, competição intra e inter-empresas passou a marcar a concepção de mundo de numerosa parcela dos pequenos agricultores familiares de tipo camponês¹⁴.

Essa visão burguesa de mundo também requereu outras inserções. A longo dos últimos anos, é notável como alguns hábitos e determinados referenciais de vida do cotidiano urbano compõem o ritual dos pequenos produtores rurais familiares. A começar pelo padrão de consumo alimentar que muito se assemelha ao dos trabalhadores urbanos, reforçado pela aquisição dos produtos da dieta básica se efetivar nos supermercados.

Não é o caso de defendermos posição deliberadamente contrária ou preconceituosa, mas de apenas mostrar os vínculos existentes entre alguns elementos de um processo que se abriu há mais tempo e os “acertos de conta” que nesse período mais recente alguns outros elementos vêm sendo profundamente modificados.

Então, as mudanças de hábitos e de consumo de bens duráveis e não duráveis se ligam às mudanças de avaliação e ao universo da subjetividade do trabalho, quando este substitui a avaliação da melhoria de vida, não à busca de políticas específicas para a manutenção dos princípios camponeses, mas sim da eficiência e da produtividade mantidas como elementos fundantes daqueles que permanecem, ou seja, os postulantes a empresários rurais. Tem-se, pois, em cena uma profunda crise de identidade política e social do trabalho. O fato de não mais se sentirem camponeses os aproxima do desejo de serem pequenos empresários capitalistas estabelecidos, o que influenciou e ainda influencia sobremaneira o debate político, rebatendo, de certa forma, na aceitação da flagelada política de assentamento do governo FHC, que mesmo pontual e setorializada foi (e ainda é) considerada como uma etapa importante da Reforma Agrária no Brasil.

Diante disso, a justificativa mais plausível para se decidir o futuro do trabalhador rural assenta-se nos mecanismos mercantis e politicamente na desnecessidade de qualquer tipo de investimento público em Reforma Agrária, pois que, como em diversos momentos afirmam os intelectuais de plantão do NEAD, e os novos companheiros: *continuar apostando no atraso não garantiria a sanidade do convívio feliz no campo*, tampouco mediante políticas compensatórias que ultrapassem os limites da indenização das terras desapropriadas para Reforma Agrária a preço de mercado.

Distanciado do sentimento de pertencimento de classe e enraizado diante do conflito social nos referenciais da divisão técnica do trabalho, daí a fragmentação do trabalho nas categorias sindicais, portanto desfocado da totalidade social, eis o que simbolicamente denominamos de território minado. A identidade parcelária do trabalho fundada na alienação intrínseca ao processo de trabalho sob o capitalismo expressa territorialmente ou no âmbito das novas territorialidades os diferentes sentidos do controle do território para o capital, para o Estado e para o trabalho¹⁵.

O conteúdo do território minado, freqüentemente fragilizado pelo Estado e pelas classes dominantes, é a chave para entendermos o que permanece em vigência e quais os elementos fundantes das contradições que povoam o universo do trabalho no Brasil, ou mais propriamente, no caso em foco, as repercussões do recuo dos movimentos sociais, sobretudo sindical, tanto nos campos quanto nas cidades. O destaque que o MST tem ocupado se ampara, apesar das dificuldades, na observância à criticidade da lógica destrutiva do capital que recobre todas as esferas sociais. Isso significa dizer que mesmo dentro de alguns limites, quando o MST chama para si a formulação de políticas públicas com o propósito de obtenção de financiamentos e subsídios para a pequena produção familiar, está diminuindo os estragos e garantindo relativa autonomia em relação à lógica de mercado oligopolizado pelas grandes empresas multinacionais.

Marcar posição de classe nesse universo de contradições é o que está posto para o trabalho ou para os trabalhadores diante do cenário protagonizado por nós, por meio da expressão *território minado*. O fetiche encimado no jogo de cena em torno do controle social e do poder de classe, ou do capital sobre o trabalho é o referencial imperante para procedermos as reflexões sobre o trabalho em toda a dimensão das explicitações e sentidos que se expressam territorial e espacialmente. Esse assunto nos terá sempre atuantes e *plugados*.

E que que possamos conseguir fazer valer nossa voz e nossas idéias a fim de que o governo Lula nos tenha como interlocutor. Ainda que a admiração e o respeito pela trajetória do companheiro Lula esteja sob constante ameaça, não é o caso de demonstrarmos intransponibilidade nas relações e discussões com seus prepostos ora no governo e na base de apoio (no Congresso, sindicalistas, intelectuais, etc.). Apesar de avaliarmos que é urgente e insubstituível, sob qualquer argumento, a prorrogação da Reforma Agrária no Brasil, nesse momento de refluxo da luta operária. Queremos sim, nos mantermos críticos, abertos ao diálogo (ainda que tenso), mas independentes, *porém sem jamais perder a ternura*.

Presidente Prudente, maio de 2003

NOTAS

* Este texto é produto das investigações viabilizadas a partir do Projeto de Pesquisa "Território Minado: Metabolismo Societário do Capital e os Desafios para a Organização do Trabalho", financiado pelo CNPq, na alínea 2B/PQ, em vigência. Originariamente foi publicado na Revista Pagada, V.4, N.1, junho de 2003 (versões impressa e eletrônica), do Grupo de Pesquisa "Centro de Estudos de Geografia do Trabalho" (CEGeT)/FCT/UNESP/Presidente Prudente. A convite da Comissão Editorial da Revista Perspectiva Geográfica, estamos participando dessa publicação, com o objetivo de ampliar os horizontes da interlocução.

¹ Cf. Thomaz Jr., 2002.

² Cf. Giuseppe Cocco, "Trabalho e Cidadania". São Paulo: Cortez, 2000.

³ TOSEL, André, Centralidade e não-centralidade do trabalho ou paixão dos homens supérfluos. In: BIDEF, J & TEXIER, J. *La crise du travail*. Paris: PUF, 1995. p.1-12.

⁴ Esse assunto pode ser objeto de pesquisa nas obras de Lazzarato, 2000; Lazzarato e Negri, 2001; Tosel (1995). Estamos desenvolvendo esse assunto no ensaio "A Geografia do Mundo do Trabalho na Viragem do Século XXI", que se encontra em fase final de elaboração.

⁵ Cf. ALVES, Giovanni. O novo e precário mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

⁶ A esse respeito ver de Thomaz Jr., A. "Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil, . Revista Abra, Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001; "O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica", Pegada, v.1, n.3, outubro de 2002. Presidente Prudente: CEGeT, 2002; e "O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. Revista de Geografia, AGB/Dourados, 2003. (no prelo).

⁷ ANTUNES, R. O s sentidos do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

⁸ Cf. THOMAZ JR., A. Desenho Societal dos Sem Terra no Brasil. Revista Abra, Campinas, v.28, n.25, p.31-46, 2001b.

⁹ Essa questão foi discutida nos artigos de nossa autoria "O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da 'leitura' geográfica", Pegada, v.1, n.3, outubro de 2002. Presidente Prudente: CEGeT, 2002; "O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. Revista de Geografia, AGB/Dourados, 2003. (no prelo).

¹⁰ Cenário muito diferente daquele que motivou Lenin e Engels a apontarem o desaparecimento do campesinato enquanto classe. Mais detalhes ver: 1) Lenin, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova cultural, 1985; 2) O capitalismo na agricultura. IN: Graziano da Silva, J. Stolke, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981; 3) Engels, F. O problema camponês na França e na Alemanha. IN: Graziano da Silva, J. Stolke, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981.

¹¹ A esse respeito ver a inédita dissertação de mestrado de Jorge Montenegro Gómez "Políticas públicas de desenvolvimento rural e o projeto de reforma agrária do MST no Noroeste do Paraná: uma contribuição ao entendimento do conflito capital x trabalho, da gestão territorial do Estado e do controle social do capital". Dissertação (Mestrado em Geografia)/ Univ. Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

- ¹² Posição defendida pelo sociólogo Zander Navarro, em entrevista publicada pelo jornal O Estado de São Paulo, em 05/05/2003).
- ¹³ Ver; THOMAZ Jr., A. O metabolismo do Capital no Campo, em São Paulo: Fragmentação e Alienação do Trabalho. In: BATISTA, R. L. (Org.). Desafios do trabalho: o capital e suas contradições. Londrina: Editorial Práxis, 2003.
- ¹⁴ A esse respeito ver o artigo “Contribuições teóricas para a pesquisa em Geografia agrária”, de Bernardo Mançano Fernandes e Gleison Moreira Leal. Presidente Prudente, 2002. (mimeografado).
- ¹⁵ Cf. THOMAZ JR., A. Leitura geográfica e gestão político-territorial na sociedade de classes. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, n.24, p.31-42, 1998.